

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2009

N.º 1/2009

DIA: Treze de Fevereiro do ano de dois mil e nove.-----

HORA: Dezanove horas e vinte minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

PRESENCAS:-----

O PRESIDENTE: Eng.º Damião Martins de Castro (PPD/PSD).-----

1º SECRETÁRIO: Dr. António Paulo Soares Barbosa (PPD/PSD).-----

2º SECRETÁRIO: Dr.ª Madalena de Sá Ribeiro Cubal (PPD/PSD).-----

PPD/PSD – Dr. António Fernando de Pina Marques;-----

PPD/PSD - Eng.º Pedro Manuel de Almeida Valente;-----

PPD/PSD - Heitor Amorim de Almeida Pinto;-----

PPD/PSD – Manuel Domingos da Costa Tavares;-----

PPD/PSD - José Fernandes Almeida;-----

PPP/PSD - Dra. Marisa Alexandra Ferreira Tavares;-----

PPD/PSD - Manuel Soares Oliveira;-----

CDS/PP - Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

CDS/PP – Manuel Francisco dos Santos;-----

CDS/PP - Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva;-----

CDS/PP - Dr. João Carlos da Silva Pinho;-----

CDS/PP - Humberto Jorge de Jesus, em substituição da Sra. Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

2009.02.13

CDS/PP – Doutor Pedro Renato Tavares de Pinho;-----

CDS/PP - Manuel Augusto Matos da Silva;-----

PS - Dr. Manuel Duarte Brandão;-----

PS - Agnelo Fonseca Tavares;-----

PS - Dr. Adriano Correia Fernandes;-----

Independente - José Martins Oliveira Coelho;-----

CDS/PP - Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD - Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----

PPD/PSD - Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal;-----

PPD/PSD - Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

PPD/PSD - Rogério Batista da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD - Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD - Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

PPD/PSD - Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11-01, encontram-se presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António

Bastos da Silva e os Vereadores Senhores Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho e Dra. Célia Maria dos Santos Tavares.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão abrindo o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: A Senhora Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra não pôde comparecer à sessão, pelo que preencheu a vaga o Senhor Humberto Jorge de Jesus, por impedimento do membro imediatamente a seguir na respectiva lista do Partido (CDS/PP).-----

Usou da palavra o Senhor Dr. António Fernando de Pina Marques, para em nome da sua bancada, referir que se congratulam pelas comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, que a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários levaram a cabo mais uma vez. Felicitou também aqueles que com os gestos de benemerência beneficiaram esta Instituição, designadamente o Senhor Orlando de Aguiar, o Comandante Suíço que esteve presente nos apoios que tem dado e a ARSOPI com a sua oferta para os cuidados intensivos. São gestos que tocam fundo e que nos tempos de hoje têm um significado ainda mais relevante.-----

De seguida, face à situação que o País vive e à própria situação em Vale de Cambra que também já merece alguma atenção, designadamente situações muito complicadas ao nível do desemprego, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara informação sobre eventuais medidas que a Câmara esteja a preparar no sentido de fazer face a essa situação, que poderá vir a agravar-se. Acrescentou que a área social é uma área a que se necessita dedicar cada vez mais atenção, e alguns investimentos.-----

Uma vez que consta que a nível judicial a Comarca de Vale de Cambra ficará adstrita a Aveiro, quando todos os indicadores têm indicado para Norte inclusivamente há pouco tempo ainda por despacho do Senhor Secretário de

2009.02.13

Estado da Administração Local Vale de Cambra integrou a Área Metropolitana do Porto, perguntou se há algum fundamento nestas indicações de que estaríamos a nível judicial em Aveiro.-----

Interveio o Senhor Jorge Manuel dos Santos Silva referindo ser também sua preocupação o que se está a passar a nível do desemprego e que efectivamente a crise está a começar a atingir também Vale de Cambra, uma vez que estão a fechar algumas empresas. Perguntou se a Câmara está atenta e se poderá dizer qual a taxa de desemprego no concelho, se esta está a pensar em algumas medidas de apoio às famílias e às empresas que se vejam em dificuldades.-----

Manifestou total desacordo com o Governo, que continua a não tomar medidas para tirar o País da miséria, quando muitas das medidas apresentadas pelos Partidos da Oposição continuam a cair em saco roto. Referiu que o Governo continua a falar em subir imposto, a levar as empresas a aumentar o endividamento, e não acha que seja esse o caminho a seguir. Acrescentou que “com o aumento constante dos impostos, queira Deus que a galinha não venha a morrer”. -----

Propôs aos presente a seguinte reflexão simples: assinou no corrente dia o Governo um protocolo que permite o reembolso de cinquenta por cento dos custos na compra de painéis solares. Entende que nesse protocolo deveria estar uma cláusula, não sabe se está, que esses equipamentos devam ser fabricados em Portugal. Questionou porque é que na compra de uma viatura nova, de electrodomésticos, roupa, calçado, etc, que são produzidos em Portugal, se continua a pagar os mesmos impostos como o que é produzido fora da União Europeia. Questionou o porquê do IVA da construção civil e serviços relacionados continuar a ser de vinte por cento, quando todos sabem que nesse sector se o consumidor final tivesse direito a uma dedução no IRS mediante a apresentação da factura, o Estado de certeza arrecadaria, mesmo com uma pequena redução

2009.02.13

da percentagem, uma comparticipação muito maior que arrecada actualmente, e ajudaria as empresas legalmente constituídas e cumpridoras a manter os postos de trabalho.-----

Raciocinou: Como poderão continuar a manter os níveis de bem estar e distribuição de riqueza se não se produz, como poderão continuar a comprar produtos fabricados em Países em que não são respeitados os direitos humanos sem que os mesmos entrem na Europa sem taxas de forma a salvaguardar os interesses das empresas europeias e dos seus trabalhadores?-----

Terminou referindo para não terem ilusões, o Mercado aberto só interessa às multinacionais que recebem e continuam a receber milhões do Estado e quando os objectivos de lucro não são atingidos fecham a porta e partem para outra, sem qualquer responsabilidade social. Disse que havia muito mais a dizer, mas termina por agora.-----

Usou da palavra o Senhor José Fernandes de Almeida para propor um voto de pesar pelo falecimento da Senhora D. Maria Augusta de Pina, mãe do Senhor Dr. António Fernando de Pina Marques, membro desta Assembleia. -----

Concedida da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º

José António Bastos da Silva, referiu que a Câmara Municipal está atenta às dificuldades que começam a sentir-se também em Vale de Cambra. Acrescentou que a informação que tem quanto ao indicador de desemprego no Município é a de que felizmente ainda não acompanha a média nacional, anda bem abaixo dessa média. Contudo, sabe de algumas pequenas indústrias que fecharam, e que as empresas ligadas ao sector da construção civil estão com muitas dificuldades, não sabendo quanto mais tempo conseguem manter os trabalhadores sem haver despedimentos. Se as economias não começarem a recuperar em Vale de Cambra irá aparecer esse flagelo do desemprego. Referiu subscrever tudo o que o Senhor Eng.º Jorge Silva disse sobre o apoio do Estado

2009.02.13

a todos estes assuntos. Não tem sido muito objectivo desta Assembleia falar de políticas nacionais, mas todos percebem que muitos dos investimentos de menor dimensão poderiam ser delegados nos Municípios para que se realizassem mais obras e a economia mais rapidamente se desenvolvesse. Infelizmente isto não tem acontecido, e o que se tem visto é que, com a entrada em funcionamento do QREN, avança-se com pontes sobre o Tejo, aeroportos, etc, ou seja grandes investimentos nacionais. Cada vez que surge informação sobre candidaturas que a Câmara apresentou apresentam adiamentos para datas posteriores, inclusivamente a candidatura apresentada para a Regeneração Urbana, que tudo apontava para o deferimento em Dezembro, no máximo em Janeiro, a última informação que tem é que a resposta será dada apenas em Março. O Estado deu alguma celeridade na questão da entrega de obras das escolas, mas nas energia renováveis e em tudo o resto, incompreensivelmente estão a atrasar. Entende que se os trezentos e oito Municípios estivessem a fazer obras, ainda que de pouca envergadura, certamente faria crescer a economia, pois no seu entender se os Municípios começarem a investir provavelmente os privados também começarão a ter confiança e a quererem investir. -----

Voltando à questão da Acção Social, o Senhor Presidente da Câmara passou a enumerar as várias preocupações e medidas da Câmara Municipal nesta matéria, designadamente chamar à atenção dos órgãos do Município e das Freguesias para a evolução da situação económica e social no Concelho, dada a grave crise que o País atravessa. Até este momento, a coesão social no Município tem conseguido manter-se estável, muito por força do sector empresarial que tem resistido à crise. A Câmara Municipal, no quadro das suas competências e dos recursos financeiros de que dispõe, está preparada para acorrer a situações que possam verificar-se nos próximos tempos. Nestes tempos de crise, a Câmara

Municipal tem já em aplicação prática algumas medidas de impacto positivo sobre as famílias:-----

- Na Educação Pré-Escolar, garante-se o acesso aos serviços de apoio à família (refeições e prolongamento de horário), em colaboração com a Rede Social local;

- No 1.º Ciclo do Ensino Básico, alargou-se o acesso das crianças ao serviço de refeições, implementaram-se as actividades de enriquecimento curricular em todas as escolas e, neste ano lectivo 2007/2009, assegurou o pagamento integral dos manuais escolares a todas as crianças abrangidas pelos escalões A e B de rendimentos. Foi a primeira que aconteceu no Município, pagaram todos os livros dos escalões A e B.-----

- Na área Social, a Câmara Municipal tem garantido o apoio financeiro às IPSS's e pretende continuar a promover o projecto (Re)Desenhar Famílias, em colaboração com o Núcleo de Vale de Cambra da Cruz Vermelha, tendo já solicitado a sua continuidade ao Centro Distrital de Segurança Social. -----

- Para o acompanhamento de processos de promoção e protecção de crianças e jovens em risco, a Câmara Municipal afectou às CPCJ uma Técnica Superior de Psicologia;-----

- Uma vez comprovadas pelos Serviços Municipais competentes, situação de carência ou privação temporária das famílias têm levado à isenção do pagamento da prestação de certos serviços, designadamente água e utilização das piscinas municipais e outras. Por exemplo, uma família entra hoje numa situação de desemprego, após avaliação dos serviços de acção social da Câmara, imediatamente terá o apoio da autarquia que vai desde o fornecimento de refeições diárias, bem como serviços de isenção que dizem respeito aos serviços da autarquia. Portanto para famílias em situação de desemprego temos já mecanismos que colocamos ao seu serviço para alimentá-los e disposição de todos os serviços camarários grátis.-----

2009.02.13

- Através do Grupo de Intervenção Social, a Câmara Municipal promove ainda o apoio à recuperação de habitação a famílias em situação de grave carência económica.-----

A Câmara Municipal manter-se-á permanentemente atenta à evolução da situação no Município, com a maleabilidade suficiente para de imediato poder assumir outras medidas capazes de responder a situações que eventualmente venham a surgir.-----

Neste âmbito, está em fase de constituição o Banco Solidário, que pretende proporcionar a famílias e pessoas em situação de carência o acesso a bens básicos essenciais ao seu conforto e bem-estar.-----

Encontra-se em fase final de estudo a redução do valor das taxas de licenciamento para habitação própria e permanente nas zonas do Município de maior índice de desertificação. É uma medida que pretende contribuir não só para a fixação e atracção de jovens casais, mas também para ajudar as famílias a manterem a sua ligação às zonas de origem.-----

Informou ainda que, muito recentemente, na última reunião camarária, esta aprovou uma medida que julgam que vai de encontro também à necessidade das pessoas. A medida visa essencialmente fazer uma redução considerável nas tarifas de ligação às redes de águas e saneamento. Os valores foram reduzidos em cerca de dois terços desse valor para que todas as pessoas que habitam em zonas onde há rede instalada (pessoas essas que poderão estar a servir-se de água imprópria para consumo), agora possam aceder a estas redes públicas com muito menores custos. Por exemplo, um cidadão que solicite a ligação de água e saneamento para uma habitação pagaria novecentos e pouco euros, entenderam que esse valor é um pouco difícil de comportar nesta situação económica e reduziram para um terço, para cerca de trezentos e pouco euros. Mas, foram mais longe, e definiram uma fórmula de redução que se pode explicar de modo

simples: para uma pessoa que ganhe menos de dois mil e oitocentos euros, essa ligação é gratuita, correspondendo a uma redução de cem por cento; para uma pessoa cujo rendimento vá até aos cinco mil e seiscentos euros a redução é de cerca de cinquenta por cento. Oficiaram todas essas pessoas a explicar exactamente isso, para ver se também neste respeito conseguem chegar junto desses Municípios no sentido de melhorar o serviço e ajudá-las no fornecimento deste bem essencial.-----

No que se refere ao Tribunal, referiu que a informação que tem é a seguinte: Com a nova reorganização judiciária, prevê-se a conversão das duzentas e trinta e uma comarcas actualmente existentes em trinta e nove circunscrições ou tribunais regionais. O território nacional passará a estar dividido em trinta e uma circunscrições, designadas por comarcas e em cada uma delas existirá um tribunal, sendo estas agrupadas em cinco distritos judiciais: Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Norte, Centro e Algarve. Vale de Cambra pertencerá ao distrito judicial do Norte onde se inclui o Entre Douro e Vouga com os municípios de Arouca, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e São João da Madeira. As trinta e nove comarcas terão um modelo de gestão assente em três órgãos: Presidente do Tribunal, Administrador e Conselho de Comarca. Com a aprovação da nova lei de organização e funcionamento dos tribunais judiciais (Lei n.º 52/2008 de 28 de Agosto) prevê-se que a reforma do mapa judiciário entre em vigor a catorze de Abril de dois mil e nove mas apenas em três comarcas-piloto, (Alentejo Litoral, Baixo-Vouga e Grande Lisboa Noroeste) estando sujeito a um período experimental até trinta e um de Agosto de dois mil e dez. Acrescentou que a posição da Câmara Municipal de Vale de Cambra é e sempre será de completa defesa dos interesses dos cidadãos Valecambrenses de modo a que o Tribunal de comarca permaneça com as valências que possui e não seja esvaziado de recursos humanos ou qualidade dos serviços públicos prestados.-----

2009.02.13

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação o voto de pesar proposto pelo Senhor José Fernandes de Almeida.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento da mãe do Senhor Dr. António Fernando de Pina Marques, Senhora D. Maria Augusta de Pina e expressar à Família os sentidos pêsames.-----

Usou da palavra o Senhor Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos para manifestar um voto de pesar pelo falecimento da Mãe do Senhor Dr. António Fernando de Pina Marques, extensivo à Família.-----

Referiu congratular-se com as comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, nas quais a população de Vale de Cambra pode manifestar regozijo pelo apoio prestado pelo Senhor Aguiar, o qual ofereceu um veículo aos Bombeiros, o qual será certamente bem aproveitado.-----

Acrescentou ter ficado contente por ouvir as medidas que a Câmara Municipal está preparada para tomar. Perguntou se a Câmara Municipal já contactou com algumas associações humanitárias e sociais do Município no sentido de preparar parcerias, pois os tempos que se avizinham serão certamente graves. Pensa que nestas alturas mais do que nunca devem chamar-se as associações para com elas prestar o máximo de auxílio. Pensa que seria de todo conveniente preparar parcerias nesse sentido.-----

Interveio o Senhor Dr. Manuel Duarte Brandão referindo não gostar das missas de Paulo Portas e do Emídio Rangel. Relembrou uma frase que há uns anos disse a propósito das escolas e que está novamente muito em voga, até a nível banqueiros, que é: “quem sabe faz, quem não sabe ensina”. Acrescentou apoiar este Governo e o esforço notável que está a fazer pelo País. Referiu continuar na convicção que é preciso muita calma, uma crise fortíssima é o que se está a ver é a nível mundial, mas há que ter calma. O governo provavelmente erra, não vai fazer tudo certo, de certeza, é humanamente impossível, mas tem confiança no

2009.02.13

futuro. É nisso que acredita, e quer que também acreditem neste governo. Referiu ir votar em José Sócrates com todo o gosto porque vê que neste País é ele que pode levar isto a bom porto.-----

Usou da palavra o Senhor Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos,

Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho, referindo estar descontente com as relações entre a EDP e as Freguesias, no que se refere à iluminação pública. Mencionou que numa reunião realizada em vinte e três de Fevereiro de dois mil sete, com a presença do Vereador António Alberto Matos Gomes, Presidentes das nove Juntas do concelho ou seus representantes, o Eng.º Virginio responsável pela EDP de Santa Maria da Feira e outros seus colaboradores, foi referido que as relações em termos de energia eléctrica de baixa tensão entre a EDP e a Câmara Municipal em Vale de Cambra se regiam pela Portaria 454/2001, de 5 de Maio, e que a reunião se inseria nos contactos periódicos estipulados no artigo décimo quinto daquela Portaria. Nos anos de dois mil e seis, dois mil e sete e meados de dois mil e oito não houve problemas de iluminação na Freguesia de Vila Cova de Perrinho, mas a partir da parte final de dois mil e oito e princípios de dois mil e nove há algumas reclamações a fazer à EDP, nomeadamente no que diz respeito à iluminação pública. Acrescentou que em finais de dois mil e oito, uma empresa fretada pela EDP procedeu à substituição de várias lâmpadas de iluminação pública, mas deixaram os disjuntores da cabine de luz desligados, deixando a Freguesia às escuras. Feito o contacto para o número verde, só ao fim de quatro dias e depois de vários contactos, vieram ligar os disjuntores, tendo estado um fim de semana desligado. Informou que no dia passado sábado, dia sete de Fevereiro, outra equipa de uma empresa fretada pela EDP para substituição de lâmpadas deixou novamente os disjuntores desligados, ficando novamente a Freguesia às escuras. Como da vez atrás referida ligaram para o número verde, e só na segunda-feira à tarde, dia

2009.02.13

nove de Fevereiro, depois de mais um fim de semana sem iluminação pública é que vieram ligar os dois disjuntores. Acrescentou que quem faz a manutenção em Vale de Cambra dos serviços eléctricos é uma empresa fretada pela EDP e não um piquete da EDP. Interroga-se se essa empresa nos fins de semana não tem ninguém para resolver situações pontuais, mais a mais provocadas pelos seus funcionários. Espera que só tenha acontecido por negligência. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a resolução deste grave problema que se calhar atinge outras freguesias, tendo em linha de conta o artigo 5.º da referida Portaria.

Usou da palavra o Senhor Dr. António Fernando de Pina Marques para, em seu nome e em nome da sua família, sensibilizado agradecer todas as manifestações de apoio, carinho, solidariedade dos companheiros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, num momento mais difícil para nós.----- Também agradeceu as informações do Senhor Presidente da Câmara relativas às medidas que a Câmara Municipal está a tomar quanto a esta questão social premente e felicitar a sua dinâmica por estas acções que já estão em curso. Renovou o apelo para se manter atenção às IPSS que estão a desenvolver um esforço e também elas a viver com dificuldades. Precisam antecipadamente prevenir situações mais graves.-----

Interveio o Senhor José Martins de Oliveira Coelho para também manifestar a sua opinião em relação ao que se passa no País. Disse que se considera feliz pela situação das principais empresas do concelho, pois embora algumas estejam a ter algumas dificuldades, sobretudo nas empresas relacionadas com a construção civil, o concelho felizmente ainda sobrevive. Contudo seria muito bom que as iniciativas partissem de cima para baixo, pelo que entende que o Governo central deveria começar por ter em atenção alguns impostos nos quais não teve coragem de mexer, designadamente o IVA e o IRC. Acrescentou que o IVA é o imposto mais ladrão que existe no País e que atinge as empresas e a todos os

2009.02.13

cidadãos em particular. Continuou referindo que vindo para baixo chega também a vez das Autarquias de tomar medidas. Referiu registar as benesses que a Câmara Municipal já diligenciou, no entanto gostaria também de ouvir o Senhor Presidente dizer que iria baixar a taxa do IMI, as taxas das água, o que muitos Municípios já estão a fazer. Mas, ainda não chegaram aí. Disse que, neste momento, gostaria que a Câmara Municipal aprovasse rapidamente algumas benesses para obras que venham a acontecer, futuras ligações e entre outras.-----
Referiu que todos estão em crise - o País, os Valecambrenses, quer os ricos, quer os médios, quer os remediados, estão todos em crise. Sabe que a Câmara está em crise, é um facto, se calhar também não pode mexer muito, mas seria uma hipótese porque outros municípios estão a fazer isso. -----

Usou da palavra o Senhor Dr. João Carlos da Silva Pinho referindo, relativamente à crise económica, que esta assola, neste momento, o mundo inteiro e o concelho de Vale de Cambra infelizmente não é excepção. Parece que algumas empresas começam a ter algumas dificuldades outras vão-se aguentando e ainda bem que assim é.-----

Acrescentou ter conhecimento que algumas entidades estão a realizar formação profissional no concelho e que actualmente alguma dessa formação profissional apesar de ser remunerada não tem procura, o que significa ou que não está a haver uma divulgação suficiente ou não está a haver coordenação suficiente. Sabe-se que a formação profissional pode ser, pelo menos temporariamente, um “escape” para que as pessoas possam pelo menos obter uma bolsa de formação, seja ela na componente de formadores ou na componente de formandos, mas ainda assim tem conhecimento que alguma formação profissional está com dificuldade em arrancar devido à falta de candidatos. Mostrou-se disponível para colaborar, se assim for entendido, no sentido de identificar quais são algumas dessas entidades e quais os cursos que estão a ficar desertos, de modo a que a

2009.02.13

Câmara Municipal possa colaborar na sua divulgação. Entende que a Câmara Municipal poderá ter aqui um papel importante a desempenhar neste aspecto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva, referiu, em resposta à intervenção do Senhor Eng.º Miguel Matos, que nas medidas sociais mencionadas já estão envolvidos esses parceiros, essas associações humanitárias, nomeadamente ao nível do banco solidário que estão a preparar em conjunto.-----

Em relação à intervenção do Senhor Dr. Manuel Brandão, referiu que quando o País está em tremenda crise e este diz para ter muita calma e para irem para o sofá ouvir os discursos do Primeiro-Ministro José Sócrates, acha que não é por aí que têm de ir. Mencionou o exemplo do novo Presidente dos Estados Unidos que está a tomar medidas urgentemente para ver se consegue pôr a economia a trabalhar, injectando e apoiando essas empresas, esperando que o feed-back seja uma resposta positiva da economia. É um pouco essa expectativa que tinham do Governo Português, que avançasse com esses pequenos gestos! Este governo subiu nove impostos e desceu três, curiosamente todos estes constituindo receitas próprias das Autarquias Locais, não fez esforço nenhum para criar medidas próprias e direccionadas para as pequenas empresas, devendo estas ou não dinheiro à Segurança Social. Não avançou por exemplo com uma prorrogatória para pagar esse dinheiro à segurança social à posteriori, de modo a poderem aplicar o dinheiro que recebem dos fundos na própria empresa e assim conseguirem reagir às dificuldades. O que estão a fazer é obrigar estas empresas a pagar primeiro à segurança social e depois o que sobrar é que fica para o tecido empresarial. Este País precisa rapidamente de um “safanão”.-----

Acrescentou que precisavam de ver a energia e o calor que o Primeiro-Ministro emprega nos seus discursos na Assembleia da República injectados no País,

2009.02.13

para ver se não irão todos correr riscos. É contra manter essa calma, e avançar com medidas de impacto concreto. Ainda agora acabou de ser reconhecido por todas as bancadas que em Vale de Cambra não há para já casos desesperantes, mas têm de tomar medidas para acautelar o que aí vem.-----

Em relação à questão posta pelo Senhor Presidente da Junta de Vila Cova de Perrinho, pensa que é um assunto interno entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, pelo que estará disponível para tratar desse assunto no seu gabinete, no sentido de junto da EDP resolverem esse problema. Não entende o porquê da situação, uma vez que a EDP ganha por vender energia e não por ter a iluminação pública às escuras.-----

Em relação à questão colocada pelo Senhor José Coelho, ao contrário do que disse, a Câmara baixou este ano o IMI, ligeiramente, mas baixou. Quanto à água referiu que o tarifário da água é muito baixo, quase cinquenta por cento dos clientes estão no primeiro escalão, o qual é muito baixo, é tão baixo que é inferior ao preço ao qual compram a água em Vila Cova de Perrinho, às Águas do Entre Douro e Paiva. Portanto, estão a vender água mais barata do que compram. Informou que foi publicado recentemente pelas Águas de Portugal uma recomendação aos Municípios sobre o preço que deviam corresponder as taxas da água. Para o consumidor médio nacional estabelecido em dez metros cúbicos, a recomendação é que o preço devia estar entre os vinte e dois euros e meios e os vinte e quatro euros. Na Câmara Municipal da Feira, por exemplo, o valor desses dez metros cúbicos, incluindo taxa de tratamento de esgotos e recolha de lixo, isto é, o valor global da factura custa vinte e um euros; em Vale de Cambra custa onze euros. Fazer um esforço ainda maior não lhe parece viável, pois têm um prejuízo mensal na ordem dos cinquenta mil euros, com a conjugação da venda de água e do tratamento de esgotos e recolha e tratamento de RSU.-----

2009.02.13

No uso da palavra o Senhor Dr. Manuel Duarte Brandão referiu perceber o porquê da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, pois é presidente da concelhia e está também na distrital do PSD. Acrescentou que na sua intervenção não disse para ninguém ir para o sofá, disse que o Senhor Presidente percebeu mal. Disse-lhe para fazer esforço melhor para o entender como normalmente ele próprio faz para o conseguir perceber. A calma que referiu significa confiança, confiança sobre aquilo que se ouve todos os dias nos agentes económicos, pois o dramatismo não leva a lado nenhum. Acrescentou que é preferível estar a ouvir o José Sócrates a Manuela Ferreira Leite que nem com três quilos de cal hidráulica, nem com três litros de Robbialac ela fica bem pintada. A crise também está instalada no PSD, é Marcelo Rebelo de Sousa é Filipe Menezes, as coisas não estão bem no PSD mas é preciso ouvirem todos, ouvir o que os agentes económicos nos pedem. Não é para ir para o sofá, é confiança.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva, disse que quando referiu ir para o sofá ouvir o Primeiro-Ministro, referia-se a todos aqueles que andam à procura de emprego e que têm de se sentar no sofá e ouvir o Primeiro-Ministro para depois responder a essas vagas que ele anuncia! Passou a ser obrigatório ouvir os discursos do Primeiro-Ministro para poderem concorrer a alguns concursos nacionais.-----

Está de acordo em substituir a palavra calma por confiança. Os Portugueses são na generalidade um povo melancólico, com pouca confiança, portanto também aqui é necessário ganhar ânimo, de se unirem e esquecerem um pouco estas divergências políticas e trabalharem todos no mesmo sentido, para o desenvolvimento do nosso País e do nosso concelho.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008: O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia explicou que na minuta

da acta, aprovada na sessão de dezanove de Dezembro, onde deveria constar dois mil e nove, consta dois mil e oito, de modo que a acta deverá ser aprovada com esta rectificação à respectiva minuta.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e seis votos a favor, aprovar a acta da sessão ordinária de dezanove de Dezembro de dois mil e oito, com a seguinte correcção à minuta dessa acta, aprovada em sessão de 19 de Dezembro, na linha n.º 20, da página n.º 5 e linha n.º 7, da página n.º 6, onde consta “dois mil e oito, deve ler-se “dois mil e nove”.-----

Abstiveram-se da votação os Senhores: Dr. António Fernando de Pina Marques, Dra. Marisa Alexandra Ferreira Tavares, Manuel Augusto Matos Silva e Carlos Manuel Almeida Dias, por não terem estado presentes na sessão.-----

2. CONCURSO PÚBLICO N.º 4/2008 – CONSTITUIÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA. DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO À MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO APRESENTADO POR ACA, CONSTRUÇÕES, ALBERTO COUTO ALVES, S.A. (NOS TERMOS DO N.º 5 DO ARTIGO 43.º DO “PROGRAMA DE CONCURSO”) - Deliberação

da Câmara Municipal de 22 de Janeiro de 2009: Presente, deliberação da Câmara Municipal de vinte e dois de Janeiro de dois mil e nove, pela qual aprovou algumas alterações à minuta do contrato em epígrafe e conferiu poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar a respectiva escritura de concessão de exploração. Submete o referido assunto a apreciação e aprovação desta Assembleia Municipal. Anexa a minuta do contrato a ser aprovada.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que explicasse o presente assunto.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva, passou a fazer um resumo de todo este processo até à presente data. A Câmara Municipal aprovou a Minuta do Contrato de Concessão e

2009.02.13

deliberou remetê-la à Assembleia Municipal para aprovação. A Assembleia Municipal, na sessão de 19 de Dezembro, deliberou aprovar aquela Minuta. A Câmara Municipal notificou o parceiro privado seleccionado (Alberto Couto Alves, Construções, SA) do conteúdo dessas deliberações, nos termos e para os efeitos do Programa do Concurso. No respeito por esse Programa de Concurso e pela legislação aplicável, o parceiro privado veio apresentar reclamação sobre essa Minuta, propondo ao mesmo tempo alterações a algumas das suas cláusulas. Após uma análise detalhada da reclamação, concluiu-se que as alterações propostas pelo parceiro privado eram, na sua maioria, pequenas precisões de conceitos ou terminologias, curtas alterações de redacção ou ainda clarificações dos prazos previstos em algumas das cláusulas. Concluiu-se não constar da reclamação qualquer alteração ou modificação da estrutura da Minuta inicial. Por outro lado, a própria Câmara Municipal apresentou contraproposta em duas cláusulas da Minuta, as quais foram aceites pelo parceiro privado. Na consideração que, de facto, a reclamação suscitada pelo parceiro privado em nada prejudica o interesse do Município, bem pelo contrário pela clarificação que permitiu, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade a Minuta do Contrato de Concessão com a redacção que resulta da aceitação da reclamação por parte do parceiro privado e as pequenas alterações que ela própria apresentou a este. Nessa medida, deve a Assembleia Municipal deliberar sobre o texto final em apreço, do qual será notificado o parceiro privado.-----

Interveio o Senhor Manuel Domingos da Costa Tavares referindo ter lido com atenção todas as alterações feitas. Disse regozijar-se com aquela alteração proposta pela Câmara Municipal que de facto é muito importante. Esta nova minuta é muito mais clara que a anterior, não deixa qualquer ambiguidade e salvaguarda os direitos e deveres de todos os intervenientes. Informou que a sua bancada irá votar a favor.-----

Acrescentou que a décima oitava cláusula, refere que o início das obras só deverá ocorrer após o financiamento. Naturalmente a empresa concorrente é uma empresa idónea, que não terá dificuldades em obter o financiamento, mas nunca se sabe o dia de amanhã. Supondo que no limite não é obtido o financiamento, perguntou se a obra fica por fazer e se há encargos para a Câmara Municipal.-----

Usou da palavra o Senhor Dr. João Carlos da Silva Pinho referindo estar genericamente de acordo com as alterações propostas. Há, no entanto uma ou duas situações que gostava que o Senhor Presidente esclarecesse. A primeira situação, é que é a própria empresa que vem dizer que a minuta aprovada contém espaços em branco. O Senhor Presidente da Câmara disse numa sessão anterior que a Câmara Municipal estava devidamente assessorada por uma equipa da especialidade, logo estas situações não podem acontecer. Referiu que a certa altura vem sendo referido o recurso a financiamento bancário, pelo que perguntou se este financiamento a que vai recorrer esta parceria entre a empresa e o Município de Vale de Cambra, vai ou não contar para o endividamento da Câmara Municipal ou se é só para a empresa que é parceira neste processo. Uma vez que o Senhor Presidente da Câmara numa outra sessão disse que não sabia se a fiscalização ia ser feita apenas pela GNR ou se iria haver uma polícia municipal, perguntou como é que a Câmara vai conseguir fazer a fiscalização. Referiu que a carta da empresa no seu ponto “m” fala de incluir um pressuposto da proposta apresentada a concurso e que se destina a assegurar a normal fiscalização do cumprimento das regras de estacionamento. Assim, perguntou se o Senhor Presidente já tem uma decisão tomada sobre a normal fiscalização ou não, porque isto poderá ter implicações como refere a empresa na normal componente da viabilidade económico-financeira.-----

Interveio o Senhor José Martins Oliveira Coelho dizendo que, depois de analisar a minuta da deliberação da reunião extraordinária da Câmara Municipal,

2009.02.13

em toda ela está de acordo com a Câmara Municipal. Prestou homenagem à Câmara Municipal pela rapidez como esta está a desenrolar este processo porque normalmente obras desta natureza vão-se arrastando, arrastando, e pelo que eu sabe esta obra está para ser iniciada em breve, o que lhe dá um certo alento e satisfação, por isso mesmo dá os parabéns à Câmara Municipal.-----

Acrescentou que está um pouquinho duvidoso em relação ao que disse o Dr. João Carlos Pinho, em relação à segurança futura, porque refere que é da responsabilidade da empresa a segurança interna e exterior. Gostaria que o Sr. Presidente dissesse como isto vai funcionar.-----

Terminou referindo que, de qualquer modo, não deixa de dar os parabéns pela rapidez com que estão a levar esta grande obra para a frente.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva, esclareceu que os espaços em branco na minuta são questões formais, pois não se sabia quem representaria a Sociedade ou a Câmara, ou o próprio nome da empresa, não eram espaços em branco de parágrafos importantes. Informou que da parte da Câmara Municipal é ele próprio que a representará e da empresa serão dois representantes, cujos nomes não sabe de cor.-----

Quanto ao financiamento para a execução das obras, é ao parceiro privado que cabe essa responsabilidade, de acordo com a parceria aprovada. Já a fiscalização está a ser devidamente estudada, havendo vários cenários possíveis. De qualquer modo, essa fiscalização é essencial para a viabilidade económica e financeira do projecto, pelo que estão já a desencadear o processo para a sua concretização. À partida, parece que a constituição de polícia municipal será o melhor caminho a seguir.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus trinta membros, aprovar a minuta do contrato de concessão (concurso público 4/2008) com as

alterações constantes da deliberação da Câmara Municipal de vinte e dois de Janeiro de dois mil e nove.-----

3. DELIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA ENTRE O MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA E O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS E SEVER DO VOUGA -

Deliberação da Câmara Municipal de 22 de Janeiro de 2009: Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e dois de Janeiro de dois mil e nove, pela qual aprovou a delimitação administrativa em alguns troços limítrofes com os Municípios de Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga. Remete a referida deliberação para aprovação pela Assembleia Municipal. A Câmara Municipal providenciou ainda a afixação da Cartografia na qual se assinalaram os referidos troços. Fica a Cartografia arquivada em pasta anexa, para os devidos efeitos.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva, explicitou que aquilo que agora vai estar em discussão são apenas aqueles aspectos em que existe acordo entre todas as partes envolvida, aquelas delimitações em que as Freguesias envolvidas chegaram a um entendimento. Outras partes em que subsistem discordâncias ou que as Freguesias não manifestaram ainda a sua concordância não serão hoje objecto de análise e votação.-----

O Senhor Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal, quis esclarecer a situação da delimitação entre as Freguesias de Codal e Carregosa. Informou que, após duas reuniões particulares que tiveram e também na Câmara Municipal, não houve acordo em Codal. Disse saber o que Carregosa quer, e que se ele diz que o vale é a Carta Militar, ainda assim está mal. Em Teamonde e Vila Chã, ou seja entre Carregosa e Vila Chã /Teamonde, o Presidente da Junta de Carregosa já não quer a Carta Militar. Acrescentou que tem na Junta de Freguesia de Codal documentos escritos que datam pelo menos do ano de mil oitocentos e noventa e sete, em que Codal ia até à ponte de Ínsua

2009.02.13

e inclusivamente a Lomba de Carregosa pertencia a Codal, mas isso são água passadas. Depois de terem tido essas reuniões, disse ao Presidente da Junta de Carregosa que para chegar a acordo ficava tudo igual, excepto duas casas que estão no meio de mais cinco de Codal, as quais pertencem a Vale de Cambra, ao que ele disse que não. Até um pavilhão de vestuário que há na parte de cima da Freguesia dizia que pertencia a Carregosa, ao que respondeu: “Queres comprar podes levar para Carregosa, mas ele é meu.” A situação ficou assim deixamos.-----
Deu conhecimento que foi feito uma espécie de um senso por cada habitante de Arrifaninha, com mais de dezoito anos, totalizando cento e sessenta e cinco, no qual se perguntava se queriam pertencer a Carregosa, a Codal ou se eram neutros. Obtiveram os resultados passado uma semana, com o seguinte resultado: cento e vinte e dois querem pertencer a Codal, vinte e sete a Carregosa e onze abstenções. Por isto entende que têm todo o direito de reclamar aquilo que é de Codal.-----

Usou da palavra o Senhor Dr. António Fernando de Pina Marques para felicitar o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, pelas Juntas de Freguesia e dos Concelhos vizinhos. Este trabalho de facto são pequenos passos que se vão dando, que se vão consolidando e revelam também a boa vontade em encontrar algumas soluções. Felicitou todos os intervenientes. Reconheceu uma sensibilidade muito apurada em determinadas situações que ficaram pendentes, mas que vão sendo também encaminhadas e com estes pequenos encontros e alguns contributos poderão encontrar a solução.-----

O Senhor Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, referiu concordar perfeitamente com a posição da Câmara Municipal sobre Teamonde, ou neste caso Carregosa e Vila Chã, tomando aquele ponto como uma moeda de possível negociação entre Carregosa e Codal. A limitação entre Vila Chã/Teamonde e Carregosa foi feita por si, pela Eng.^a Catarina e pelo

2009.02.13

Presidente da Junta de Carregosa e entenderam ceder de um lado e ir buscar noutro lado. No que se refere à escola primária, informou que na realidade o terreno pertencia a Vale de Cambra mas a mesma foi construída pelo Município de Oliveira de Azeméis. No entanto, na zona do falecido Dr. António Teixeira, a propriedade era dividida a meio, metade Vila Chã, metade Carregosa, e ali optaram por passar tudo para a Freguesia de Vila Chã. Portanto, ali houve um consenso.- -

No uso da palavra o Senhor Dr. Adriano Correia Fernandes disse que este é um assunto que parece ser das Juntas de Freguesia e como tal votam praticamente em branco. Acrescentou não ter descortinado elementos que lhes permitam concluir os traçados existentes, a não ser que lhe faltem elementos. Assim como disse o Senhor Presidente há troços em que chegaram a acordo e troços em que não chegaram a acordo, não sabem contudo quais são. Pensa que a questão controversa das Baralhas não está aqui contemplada.-----

Acrescentou ver falta de acordo com a Junta de freguesia de Chave, precisamente na zona em que se convencionou chamar “faixa de gaza”. A delimitação dos dois concelhos - de Arouca e Vale de Cambra, era feita pela antiga estrada Porto-Viseu. Acontece que em virtude da rectificação do traçado da estrada através dos tempos, há zonas que pertencem a Vale de Cambra e estão para além da estrada e há zonas que pertencem a Arouca e estão para cá da estrada. Concretamente ali mesmo no lugar da Farrapa há uma casa que está do lado de Vale de Cambra e que pertence a Arouca. Referiu não saber se isto foi levado em consideração.-----

Uma vez que se está a tratar das delimitações, disse entender que seria interessante rectificar as fronteiras na zona do Rossio, por exemplo pela estrada existente, pensa que é a EN 224. Não sabe se isto foi levado em consideração, ou se é para levar ou não é para levar.-----

No uso da palavra o Senhor Dr. João Carlos da Silva Pinho esclareceu não estar em causa a votação, pois à partida irá votar a favor, mas ainda assim deixou alguns reparos. Considero que este é um assunto da máxima importância, sempre interveio nomeadamente na componente quando foi realizado o PDM em mil novecentos e noventa e dois, e quando ele foi revisto, e sempre referiu nas suas intervenções, no âmbito da discussão e posterior aprovação do PDM de Vale de Cambra. Lamentou que não tenham tido conhecimento em planta ou pelo menos que lhes tivesse sido dado indicação de que existiam plantas afixadas na Câmara Municipal de Vale de Cambra, para que pudessem neste momento formar uma opinião mais avalizada mesmo sobre estes troços. Referiu obviamente confiar naquilo que as Juntas de Freguesia foram fazendo com as suas congéneres dos concelhos vizinhos, mas lamenta que este assunto não tenha sido mais participado, pois é uma pessoa do planeamento e interessa-se por estas coisas, pelo que gostaria de ter tido conhecimento em planta destas situações e lamento que não tenha sido dado conhecimento que existiam plantas. Questionou também se este tipo de trabalho está a ser realizado com o Município vizinho de Arouca. Faz esta pergunta uma vez que na Planta do PDM de Vale de Cambra consta a Freixa da Mizarela como sendo de Vale de Cambra. Não discute se ela é ou não, mas o certo é que na Planta de PDM consta. Só a nível de Oliveira de Frades é que não existem dúvidas porque a divisão é o Rio Teixeira e é uma barreira física e natural.-----

Interveio o Senhor Rogério Batista da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, para dar a conhecer um pouco aquilo que está a suceder com as negociações com as outras freguesias, nomeadamente a Farrapa. Informou que a delimitação na zona da Farrapa ainda não está resolvida. Informou também que fizeram uma sondagem com as pessoas residentes nesses pontos que o Senhor Dr. Adriano Fernandes focou e que elas não são aceitam

essa troca, ou seja passar de Vale de Cambra para Arouca ou vice-versa. Portanto, terá de haver negociações, haver trabalho de terreno a sensibilizar para esse fim. Acrescentou ter já feito alguma parte e de certeza que ambos os concelhos irão entrar em negociações para clarificar isso.-----

Usou da palavra o Senhor Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho, em resposta à questão colocada pelo Dr. Adriano Fernandes, referiu que a Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho teve uma reunião preliminar com a Junta de Freguesia de Chave e não passou ainda disso. Referiu que lá existem marcos centenários que contradizem a opinião do Dr. Adriano Fernandes de delimitação pela estrada. Certamente num futuro próximo, quando se realizarem reuniões, os envolvidos poderão ver esses marcos, e com a ajuda das cartas militares pode ser que cheguem a acordo.-----

Interveio o Senhor José Martins Oliveira Coelho para dizer que irá votar a favor. Sobre todas as dúvidas existentes deu um voto de confiança aos Senhores Presidentes de Junta para resolverem estas pequenas quezílias, responsabilizando-os contudo no futuro por qualquer prejuízo para o Município de Vale de Cambra. Têm toda a sua confiança, mas também exige responsabilidade.

No uso da palavra o Senhor Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, começou por ler a petição apresentada há algum tempo pelo povo das Baralhas à Assembleia da República, que diz: “O lugar das Baralhas está territorialmente dividido entre as freguesias de S. Pedro de Castelões e Ossela, respectivamente pertencentes aos Municípios de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis. Esta divisão, que data de há dezenas de anos, não se encontra referenciada com qualquer delimitação física. Assenta apenas numa linha traçada nas cartas existentes, profundamente desajustada da realidade actual e desadequada do dia a dia e das aspirações da população. De

facto, toda a vida económica, social e religiosa dos habitantes das Baralhas gira à volta de S. Pedro de Castelões e de Vale de Cambra. Na sua esmagadora maioria, os Baralhenses trabalham em empresas de Vale de Cambra, a que também não é alheio o facto do lugar distar de dois quilómetros do centro de Vale de Cambra e dez quilómetros de Oliveira de Azeméis. Os seus habitantes pagam impostos em Vale de Cambra, com excepção do IMI, a rede de água e a recolha de lixo é do Município de Vale de Cambra, assim como a distribuição de correspondência é feita pelos CTT de Vale de Cambra. As crianças e jovens das Baralhas estudam nas escolas de Vale de Cambra, concelho onde praticam as suas actividades desportivas, culturais ou lúdicas. A quase totalidade dos Baralhenses estão recenseadas em S. Pedro de Castelões, contribuindo para a eleição dos Órgãos Autárquicos da Freguesia e do Concelho. São utentes do Serviço Nacional de Saúde no Centro de Saúde de Vale de Cambra, tendo aí o seu médico de família. Os nascimentos são registados em Vale de Cambra e é na Igreja de Castelões que as crianças são baptizadas, frequentam a Catequese e estabelecem os seus laços de afinidade religiosa que se prolongam por toda a vida até à morte. A última morada, encontram-na os habitantes das Baralhas, no Cemitério de S. Pedro de Castelões. Festividades Religiosas como o Natal ou a Celebração Pascal e respectivo Compasso são realizadas com ligação à Freguesia de S. Pedro de Castelões. Temos assim que o lugar de Baralhas se nos apresenta com uma sólida unidade humana, social e cultural. O lugar +e um todo que bem se complementa independentemente de as pessoas viverem e dormirem de um ou outro lado da “fronteira”. Divisão nas Baralhas só mesmo a tal linha traçada há décadas e que teimosamente ainda subsiste à revelia dos tempos presentes. As gentes das Baralhas não se revêem nas “fronteiras” ainda existentes e desejam ardentemente que a sua unidade territorial se junte à unidade cultural.”-----

2009.02.13

Informou que esto foi um trabalho árduo feito pelas gentes das Baralhas, ao qual a Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões esteve sempre ligada. Deixou um apelo a todas as forças para lutarem no sentido da resolução definitiva deste problema das pessoas das Baralhas. Lamentou que, há cerca de um ano, quando estiveram na Assembleia da República, os Senhores Deputados tenham feito esperar todas as pessoas que aí se deslocaram cerca de quatro horas nas arcadas. Os Deputados de todas as bancadas disseram que era um problema premente do povo das Baralhas e ficaram de resolver o assunto, mas até hoje ainda nenhum se dignou apresentar uma proposta para a resolução desse problema. Assim, solicitou a todos os Membros desta Assembleia que se juntem, e que todas as forças partidárias juntas possam levar este assunto a bom porto, pois o coração de toda a gente das Baralhas está em S. Pedro de Castelões.-----

Terminou referindo que naquilo em que foi possível houve empenhamento do Senhor Presidente da Câmara. Há escritos datados de mil novecentos e vinte e três que referem que o lugar das Baralhas só existe em S. Pedro de Castelões, designadamente um Dicionário Cronográfico de Portugal e Ilhas editado nesse mesmo ano. Embora o referido Dicionário tenha sido actualizado, o mesmo continua a referir que o lugar das Baralhas só está ligado a S. Pedro de Castelões, portanto do lado de lá não é Baralhas é outro local.-----

Usou da palavra o Senhor Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões, esclareceu que não houve problema de maior nas negociações entre a Freguesia de Arões e a Freguesia de Couto Esteves, concelho de Sever do Vouga. Desde o início delinearam que se fossem propriedades registadas nas Finanças de Vale de Cambra ficavam em Vale de Cambra, e as que estavam registadas nas Finanças de Sever do Vouga ficavam a pertencer a Sever do Vouga. Foi esse o princípio que os levou a fazer a delimitação. Houve apenas um pequeno problema na zona das Lameiras, com

2009.02.13

cerca de quinhentos metros, devido a um senhor que comprou ali um edifício e fez lá umas habilidades e que diz que está registado em Sever do Vouga. Mas, na verdade está registado nas Finanças de Vale de Cambra, tendo sido licenciada a obra em Sever do Vouga, por pouca esperteza da Câmara de Vale de Cambra, que não aproveitou pelo menos as taxas e as licenças devidas. Ele fez o licenciamento em Sever do Vouga mas teve de se registar na Conservatória em Vale de Cambra. Essa parte ficou em litígio, mas ficou delimitado na parte Norte e Sul, excepto naquele bocadinho e daí até ao Rio Teixeira.-----

No que refere às negociações com a freguesia de S. João da Serra, informou que o Rio é o limite físico, logo não há discussão. Na parte da Serra da Freita não há acordo em lado nenhum desde Arouca, Agualva e Lomba. Neste caso não se entra em acordo pois é uma questão de quilómetros, não de metros.-----

Interveio o Senhor Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos que, em resposta à solicitação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelões, lembrou que a Bancada do CDS/PP sempre apoiou as pretensões da população das Baralhas. Informou que irão contactar os seus representantes na Assembleia República para, no que houver possibilidade, fazer todos os esforços para que as pretensões da população sejam conseguidas.-----

Usou da palavra o Senhor Dr. Adriano Correia Fernandes referindo que há aqui questões de duas naturezas. Primeiro, não se sabe a qual dos concelhos pertence o território. Essa questão terá de ser decidida de uma forma e com um procedimento particular. Referiu existir ainda outras questões, sendo as mesmas públicas, uma vez que é sabido que pertencem a outros concelhos, mas que seria mais razoável que pertencessem a Vale de Cambra e outros casos em que pertencem a Vale de Cambra e seria mais razoável que pertencessem a outros concelhos. Em relação a este último caso parece que tudo tem de começar por um entendimento entre os habitantes e as Juntas de Freguesias. Não se lhe

afigura que em caso de litígio entre as Juntas de Freguesia, a quem é reconhecido o direito de território, qualquer Assembleia da República vá decidir que se passe uma parte de um território para outro concelho. Em caso de litígio será tarefa condenada ao fracasso. Refere-se concretamente entre outros à situação das Baralhas. Reconhece-se que a linha divisória tem sido uma, e é público e notório que os habitantes de lá estão ligados a Vale de Cambra, mas a autarquia de Ossela reivindica-se desse território. Não sabe como é que Assembleia da República vai definir contra a vontade de Ossela que aquele território passe a ser de Vale de Cambra, porque a nível nacional há muitas outras situações idênticas e fazendo uma excepção para uma, as outras teria de ir atrás. Não lhe parece que sem acordo com Ossela esta pretensão justa e legítima de S. Pedro de Castelões, não seja condenada ao fracasso. Admite ser favorável a que o lugar das Baralhas pertença a Vale de Cambra, contudo não lhe parece que a Assembleia da República vá votar contra a posição de Ossela.-----

Interveio o Senhor José Martins de Oliveira Coelho para perguntar o que se passa com a delimitação no alto da Senhora da Saúde, referente àquele “cancro”, isto é o terreno que está a atrasar a conclusão das obras da Avenida de ligação da EN 328 à Senhora da Saúde. Esta assembleia está em vésperas de terminar o mandato e já no início do mesmo este assunto estava a ser tratado. Perguntou onde estava a “ferrugem” deste caso.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva, referiu que cada Presidente de Junta usa os seus critérios, os quais são obviamente discutíveis. Alerta contudo para terem muito cuidado no critério que estabelecem. Se se usasse em todo o território do concelho a metodologia adoptada pelo Senhor Presidente da Junta de Arões, por exemplo cilindrava-se o lugar das Baralhas, porque os registos eram feitos normalmente nas Comarcas onde havia conservatórias, e muitos dos nossos registos estão feitos em Oliveira

2009.02.13

de Azeméis. A título de exemplo, referiu que a casa imediatamente a seguir à Colep, na direcção Lordelo-Baralhas, está registada em Oliveira de Azeméis, o que é uma aberração. Também seguindo pela estrada velha ainda antes de chegar às Baralhas, a antiga padaria está registada em Vale de Cambra e está do lado esquerdo da própria estrada. Portanto, o registo é no seu entender uma fraca metodologia, porque as pessoas faziam o registo na Conservatória onde ela obviamente existia. -----

Concretamente no que se refere ao lugar das Baralhas, disse que acompanhou de muito perto o assunto e teve várias reuniões com responsáveis de Oliveira de Azeméis, as quais podiam ter tomado essa decisão, incompreensivelmente não o fizeram. Disse nunca ter vindo para a rua reivindicar que o lugar de Baralhas passasse para Vale de Cambra, por entender que enquanto decorre o diálogo não se deve estar na rua a reivindicar. Contudo, referiu ter esgotado os limites da sua capacidade e, neste momento, já transmitiu às pessoas das Baralhas que, se no futuro próximo entenderem fazer qualquer manifestação, estará na rua ao seu lado, pois da sua parte entende que esgotou todas as possibilidades de diálogo. Sem menosprezar nenhum Presidente de Junta e nenhum lugar, se há injustiças nos limites administrativos, um deles é sem dúvida naquela zona.-----

Em relação aos registos, a Câmara Municipal fez um protocolo com a Câmara de Sever do Vouga para expropriar o terreno da D. Ana Rosa, necessário para a feitura da Av. de ligação da EN328 ao Parque da Senhora da Saúde, porque a referida senhora foi registar o terreno em Sever do Vouga, embora os limites administrativos definidos pela Cartografia do Exército indiquem o terreno como sendo de Vale de Cambra. A Câmara de Sever do Vouga mandou o pedido de expropriação, o qual foi há bem pouco tempo indeferido em Lisboa, uma vez que chamado a intervir o Senhor Presidente do Instituto Geográfico, este afirmou taxativamente, e escreveu, que havia ali um erro: aquele terreno era de Vale de

2009.02.13

Cambra e estava indevidamente registado em Sever do Vouga . Como tal, teria de ser notificada a D. Ana Rosa para anular o registo em Sever do Vouga e vir registá-lo a Vale de Cambra, e só posteriormente a isso a Câmara de Vale de Cambra deve fazer o pedido de declaração de utilidade pública. Portanto o processo não está fácil de resolver. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia apelou às Juntas de Freguesia para fazer um esforço de entendimento e procurar os consensos necessários nesta matéria. Deixou uma saudação especial aos Presidentes de Junta que já tomaram a iniciativa e aos Técnicos que acompanharam este trabalho.-----

Usou da palavra o Senhor Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões, referindo que há uns anos atrás todos os registos eram feitos em Oliveira de Azeméis, mesmo as de Arões, não só as das Baralhas. Disse que o limite lá em Arões coincidiu com as pessoas que conheciam os limites. Não houve qualquer dúvida nos limites como estavam registados nas Finanças, os artigos que constavam nas Finanças de Vale de Cambra eram o limite com o concelho de Sever do Vouga. Referiu ter feito um levantamento até à divisão com Junqueira e está tudo correcto. Acrescentou que as propriedades dos Municípios de Vale de Cambra nem todas estão registadas na Conservatória, nas Lameiras também estão registadas nas Finanças de Vale de Cambra, contudo foram algumas construções licenciadas pela Câmara de Sever do Vouga, mas depois tiveram de ser registadas em Vale de Cambra. Alguns ilustres advogados sabem que o registo tem de ser feito pelo documento das Finanças onde tem o solo que pertence a Vale de Cambra, independente do limite. Se amanhã se chegar a um acordo que artigos que estejam em Vale de Cambra passem para as Finanças de Sever do Vouga, elas continuam registadas em Vale de Cambra e se for licenciada a casa em Sever do Vouga quando a mesma estiver concluída tem de ser feito novamente o registo nas Finanças em Vale de Cambra. O espaço

físico está registado nas Finanças de Vale de Cambra independente de não estar ainda na Conservatória.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus trinta membros, aprovar a delimitação administrativa entre o Município de Vale de Cambra e o Município de Oliveira de Azeméis, nos seguintes troços:-----

- Carregosa / Vila Cova de Perrinho;-----
- Ossela / Codal;-----
- Pindelo / Codal;-----
- Ossela / Vila Chã;-----
- Carregosa / Macieira de Cambra.-----

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a delimitação administrativa entre o Município de Vale de Cambra e o Município de Sever do Vouga, nos seguintes troços:-----

- Arões / Couto de Esteves;-----
- Junqueira / Rocas do Vouga;-----
- Junqueira / Dornelas;-----
- Junqueira / Couto de Esteves.-----

4. ADAPTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA À LEI N.º 45/2008, DE 27 DE AGOSTO – Deliberação da Câmara Municipal de 05 de Janeiro de 2009: Presente deliberação da Câmara Municipal de 05 de Janeiro de 2009, pela qual aprovou a deliberação tomada pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria em sessão de 30.10.2008, na qual optou pela manutenção do estatuto de entidade pública da AMTSM, nos termos do disposto no número 6, do artigo 38.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto. Submete a referida deliberação a aprovação desta Assembleia.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva, esclareceu que, com a entrada em vigor da nova Lei do Associativismo Municipal, entendeu a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, para não correr riscos com a contratualização do QREN, que devia novamente submeter os seus Estatutos quer à Câmara quer à Assembleia. Os estatutos são exactamente os mesmos, pretende-se apenas acautelar que não se ponha em causa a contratualização das verbas que vão ser cedidas à Associação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus trinta membros, aprovar a deliberação tomada pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria em sessão de 30.10.2008, na qual optou pela manutenção do estatuto de entidade pública da AMTSM, nos termos do disposto no número 6, do artigo 38.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto. -----

5. RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ARÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO – CRIAÇÃO DE UM CIRCUITO ESPECIAL DE TRANSPORTE –

Deliberação da Câmara Municipal de 02 de Fevereiro de 2009: Presente deliberação da Câmara Municipal de dois de Fevereiro de dois mil e nove, pela qual ratificou o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, proferido em 27.01.2009, pelo qual deferiu a alteração à alínea c), do ponto 1, do artigo 3.º do Protocolo de delegação de competências na Freguesia de Arões na área da educação, onde consta “tendo por base o valor diário de €325,00 com IVA incluído”, passa a constar “tendo por base o valor diário de €350,00 com IVA incluído”.-----

No uso da palavra o Senhor Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões, informou que esta alteração se deve ao facto de um casal que vivia em Ossela estar agora a viver no lugar da Lomba, e que o mesmo tem duas filhas que necessitam ser transportadas à escola, de modo que tiveram de

criar mais um circuito. O dinheiro referido corresponde ao custo exacto do táxi, dinheiro este que é entregue a ele.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus trinta membros, ratificar a deliberação da Câmara Municipal de dois de Fevereiro de dois mil e nove, pela qual ratificou o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, proferido em 27.01.2009, pelo qual deferiu a alteração à alínea c), do ponto 1, do artigo 3.º do Protocolo de delegação de competências na Freguesia de Arões na área da educação, onde consta “tendo por base o valor diário de €325,00 com IVA incluído”, passa a constar “tendo por base o valor diário de €350,00 com IVA incluído”.-----

6. PROJECTO DE REGULAMENTO DOS ESPAÇOS VERDES DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA - Deliberação da Câmara Municipal de 05 de Janeiro de 2009: Presente deliberação da Câmara Municipal de cinco de Janeiro de dois mil e nove pela qual aprovou o Projecto de Regulamento dos Espaços Verdes do Município de Vale de Cambra. Submete o referido Projecto de Regulamento para aprovação.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva, esclareceu que este regulamento visa suprimir uma lacuna legal que existe em relação às actividades ou acções que são interditas nos parques, jardins e demais espaços verdes Municipais, definindo a quem compete a fiscalização e quais as respectivas coimas. Como não havia regulamentação, se alguém fosse apanhado a danificar algo não havia nada a fazer a não ser levar lá a GNR. Com este regulamento a Câmara Municipal terá agora competências para aplicar as respectivas coimas. Referiu que a Técnica da Câmara, Eng.ª Vera Silva, poderá esclarecer alguma dúvida, ela que é uma das autoras desta proposta.-----

De seguida, referiu que a Câmara Municipal desde Dezembro tem em funcionamento um sistema de gestão documental e supõe que neste momento

2009.02.13

será a única Câmara do País a fazer isso, isto é em todos os serviços deixou de circular papel. Esta referência, para dizer que talvez por esse motivo e para poupar, a Técnica da Câmara Eng.^a Catarina, habituada à gestão documental não entregou os mapas a todos vós. Acrescentou que no futuro muito próximo, não sabe se ainda nesta legislatura, irão certamente disponibilizar uma *pen* com toda a documentação necessária para as sessões, sendo que o papel sairá de circulação. Falta uma parte das Obras Particulares que se espera entrar em vigor brevemente, pretende-se acabar o papel mesmo nos projectos.-----

Interveio o Senhor Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal, referindo em ar de graça, que se junto do Governo poderia arranjar a cada um dos Membros da Assembleia, o computador Magalhães para poderem depois consultar os documentos.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus trinta membros, aprovar o Regulamento dos Espaços Verdes do Município de Vale de Cambra.----

7. PROJECTO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL E CASA MORTUÁRIA MUNICIPAL - Deliberação da Câmara Municipal de 02 de Fevereiro de 2009: Presente deliberação da Câmara Municipal de dois de Fevereiro de dois mil e nove pela qual aprovou o Projecto de Regulamento de Utilização da Capela Mortuária Municipal e Casa Mortuária Municipal. Submete o referido Projecto de Regulamento para aprovação.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva, esclareceu que esta é sem dúvida nenhuma não só a Capela Mortuária de todo o Concelho, bem como de todas as entidades religiosas existentes no concelho, está aberta a todas as religiões. Infelizmente está a ter uma ocupação para além do que seria até desejável. Informou que para a elaboração deste Regulamento foram ouvidas todas as agências que operam no concelho. O que

se pretende é que sempre que há uma utilização a Câmara seja ressarcida de um pequeno montante para que imediatamente à saída da urna se faça a limpeza e se trate de todo aquele bonito espaço. Neste respeito, realçou o acordo que já efectuado com a Junta de Freguesia de Vila Chã porque está ali muito próximo, a própria chave da Capela está na Junta de Freguesia e a funcionária da Junta de Freguesia irá fazer a limpeza e todo este tratamento, não só à Capela mas a todo o espaço público envolvente. Resumindo trata-se de criar regras para uma utilização devida daquele espaço.-----

Interveio o Senhor José Martins de Oliveira Coelho para dizer que o ponto 9 refere que não são permitidas flores, arranjos florais, velas ou quaisquer utensílios de culto com chama, no interior da casa mortuária. Perguntou se quando há um velório não se pode lá levar um ramo, um *boquet* ou uma coroa.---

O Senhor Presidente da Câmara frisou que não são permitidas essas coisas no interior da Capela Mortuária e não da Casa Mortuária, isto é quando o corpo sai da Casa Mortuária e se dirige para a Capela não faz sentido nenhum pegar em todos os arranjos florais e transportá-los para esse outro espaço.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus trinta membros, aprovar o Regulamento de Utilização da Capela Mortuária Municipal e Casa Mortuária Municipal.-----

Retirou-se da sessão o Senhor Dr. Manuel Duarte Brandão.-----

8. APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL: Nos termos da alínea e), do artigo 53.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente, para apreciação, informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva, informou que pela primeira vez a Câmara esteve presente na BTL – Bolsa

2009.02.13

de Turismo de Lisboa. A Câmara levou os vinhos verdes e queijos da região a provar na BTL, um grande evento. Foi a Senhora Vereadora Dra. Célia Tavares que esteve presente, mas transmitiu-lhe que foi um sucesso. É também por aqui que começa a divulgação do Município.-----

Relativamente ao Centro Cultural de Macieira de Cambra quis deixar um apelo. A Câmara Municipal está a despende algum dinheiro com bons espectáculos, pena é que muito deles não tenham número de pessoas condizentes com isso mesmo. Têm já agendados alguns espectáculos para este primeiro semestre, entre eles um espectáculo do Paulo de Carvalho. Têm também tido excelentes filmes, actualizados, pena é que o número de pessoas continue a ser muito parco. Estão decididos contudo a continuar a insistir porque estão gradualmente a ganhar públicos e os “caminhos fazem-se passo a passo”. -----

No que se refere às empreitadas, informou que o Centro Educativo de Arões/Junqueira já se iniciou, estando ligeiramente atrasada a obra porque apareceu terreno bastante rochoso, mas vamos tentar recuperar o tempo perdido para ver se conseguem que a escola abra já no próximo ano lectivo.-----

No que se refere à toponímia, estão já a distribuir pelas Freguesias as placas toponímicas, para começarem a ser colocadas. Demoraram algum tempo a escolher as placas, mas acha que escolheram uma bonita imagem.-----

Em relação à candidatura da Câmara Municipal à Regeneração Urbana, lamenta que um ano e meio depois da entrada em vigor do QREN, ou praticamente dois anos, estarem neste ponto é muito mau. Pensa que tal nunca aconteceu com um quadro comunitário, não sabe de quem é a culpa, não está a fazer qualquer acusação, e todos perdem com isto. Quando nos aproximarmos do ano de dois mil e treze começa tudo à pressão, a fazer quase aquilo que querem e que não querem, cientes de é preciso é ir a candidaturas para não ficarem pelo caminho. Pensa que cada vez mais têm de fazer uma boa seriação daquilo que pretendem

2009.02.13

e esperar obviamente que as candidaturas sejam aprovadas. Assim esperam no caso da excelente candidatura da regeneração urbana. É obvio que a concorrência é muita, é uma candidatura de dez milhões e segundo sabe concorreram trinta e seis municípios. Não acredita obviamente que sejam aprovadas as trinta e seis candidaturas de dez milhões, as indicações é que seriam aprovadas quatro ou cinco no máximo. Espera que a de Vale de Cambra mereça uma comparticipação porque nela está incluída a segunda fase do parque urbano. Uma vez que já lhe perguntaram se parque urbano não é concluído se esta candidatura não for aprovada, esclareceu que há outras formas de ir a fundos comunitários para acabar o Parque Urbano. Provavelmente nesse caso a obra atrasará mais algum tempo, mas não está de qualquer forma comprometida a sua conclusão.-----

Relativamente à situação financeira, referiu que ainda é muito cedo para começarem a pensar nisso. Além disso, todos sabem que os inícios de ano são muito complicados.-----

Usou da palavra o Senhor Dr. João Carlos da Silva Pinho dizendo que esta questão do QREN torna-se cada vez mais premente, e neste momento o QREN está com mais de dois anos de atraso, o QREN entrou teoricamente em funcionamento a partir de um de Janeiro de dois mil e sete por isso, neste momento, já vai com mais de dois anos de atraso. É claro que isto prende-se com muitas coisas e algumas delas têm a ver com o facto da administração central , isto é, alguns serviços da Administração Central estarem sistematicamente a tentarem inventar a roda e inventarem novas fórmulas quando se vai neste momento com o quadro comunitário para execução. Tem também a ver com o facto do Estado estar com imensas dificuldades na componente nacional que tem de entrar no co-financiamento comunitário e daí que eles não estão a dar execução a isto. -----

2009.02.13

Deixou também uma nota referente ao Parque da Cidade. Referiu que se verificaram alguns dias de chuva até significativos e o Rio Viques criou um novo leito, por isso há aqui uma situação que tem de ser reanalisada naquele projecto, porque em situações que até nem serão de grande extensão, este ano choveu bastante mas se calhar nem foi dos anos que choveu mais, e efectivamente o Rio Viques criou imediatamente um novo leito, rasgou um novo traçado, o que obviamente destruiu parte daquilo que já estava feito e no futuro pode ser extremamente complicado e pior ainda.-----

Referiu que não queria terminar esta sessão sem deixar aqui uma nota de boa disposição. Ouviu o Senhor Presidente referir e bem, e felicitou-o por isso, ao dizer que a gestão documental dentro da Câmara Municipal é toda feita sem papel, toda por via informática. Mas, acrescentou que não há uma coisa que ainda não entendeu: como é que há pessoas, elementos do staff, isto é do Gabinete de Apoio ao Presidente, que vão implementar esta gestão documental sem papel, porque tem conhecimento que alguns membros desse mesmo staff em vez de correio electrónico ainda são capazes de utilizar sinais de fumo porque correio electrónico não utilizam e têm dificuldades na utilização da componente informática ou não a utilizam mesmo. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara como é que isso vai ser feito se os membros da sua equipa, do seu Gabinete de Apoio têm todas estas dificuldades. Referiu ainda que não podia obviamente deixar passar isto em claro e deixar aqui uma sugestão, é que como o Senhor Presidente anda muito preocupado em saber quem são os candidatos das outras listas, em saber se há coligações e se há listas de independentes. Disse ao Senhor Presidente da Câmara que concentre os seus esforços na construção das suas próprias equipas e rodeie-se de pessoas que eventualmente possam dar um melhor contributo à sua pessoa e à Câmara Municipal porque isso efectivamente é que é importante, não é aquilo que os outros Partidos estão a fazer. O

2009.02.13

importante é aquilo que o Senhor Presidente pensa actualmente porque efectivamente escolher pessoas para a sua equipa, para o GAP, cujos currículos não terão muito mais que “nomeado por” ou “nomeado para”, de facto não sabe como é que se vai fazer esta gestão documental sem papel dentro da Câmara Municipal. Felicitou novamente o Senhor Presidente da Câmara por ter conseguido este objectivo e deixou claro que enquanto membro desta Assembleia está disponível para participar, enquanto membro desta Assembleia, também na anulação do papel e que as coisas se passem a formular nos sistemas informáticos.-----

Interveio o Senhor Dr. António Fernando de Pina Marques começando por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara por os ter elucidado num tão curto espaço de tempo que decorreu da última Assembleia até ao presente, sobre o conjunto de trabalhos, de obras e de acções que a Câmara tem vindo a desenvolver de forma notável. E gostaria obviamente de o registar porque os tempos não sendo fáceis, obrigam a um maior empenho e a contrariar as dificuldades do dia-a-dia perante as solicitações que são muitas. Por isso deu os seus parabéns à Câmara Municipal, ao seu Executivo e a todos os seus colaboradores pelo excelente trabalho que têm vindo a desenvolver.-----

Como no ponto anterior não teve oportunidade, quis felicitar a Câmara pela obra da Capela Mortuária e Casa Mortuária. De facto é uma obra que confere dignidade a um acto que passa por todas as famílias que é a perda dos seus ente-queridos e que naquelas condições evidentemente dão outro conforto, aconchego, a quem precisa de utilizar aquele equipamento.-----

Desejou ao Senhor Presidente e restante Equipa que continuem em frente, o trabalho está consolidado, as obras estão aí, aquilo que foram promessas deixaram de o ser porque hoje são realidade, como é o caso da Escola Arões/Junqueira, que está já em construção. Os desafios têm sido muitos e a

transferência de competências, nem sempre acompanhada pelos respectivos pacotes financeiros, obrigam a um esforço muito maior. O que aconteceu com o caso da educação, com a transferência de competências que além de obrigar a um esforço financeiro, obrigou a uma afectação de recursos humanos notável.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara, em relação ao Parque Urbano, começou por dizer que Janeiro registou o maior índice de pluviosidade dos últimos trinta anos, mas o parque está preparado para levar chuvas bem mais fortes. Referiu que o Parque foi objecto de um estudo hidrológico feito por técnicos especializados, e está claramente preparado para situação súbitas como estas quando estiver definitivamente concluído. Neste momento, obviamente falta todo um conjunto de obras que completem aquela estrutura. Ainda não foi possível completar toda a bacia de retenção de águas prevista no projecto, designadamente a subida das quotas dos terrenos para que as descargas de água se façam por aquele açude, em que se prevê um primeiro, um segundo e um terceiro níveis. Esta situação só se verificou porque ainda só o primeiro nível está pronto, é uma situação absolutamente excepcional que nada indica venha a acontecer no futuro. Explicou que foi feito o açude onde a água estava a cair e lateralmente em toda a lagoa ainda há necessidade de subir a cota dos terrenos em cerca de dois metros, criando uma primeira inclinação, digamos assim, que é o segundo nível de descarga de águas e depois um terceiro. Tal não foi possível executar porque os terrenos entretanto empaparam, o tempo piorou e o empreiteiro não o conseguiu finalizar. Esclareceu ainda que estão previstos drenos superficiais que também ainda não se conseguiram colocar. Com a colocação desses drenos superficiais vão retirar a água mandando-a para o leito do rio, de modo a permitir que a relva cresça normalmente. Explicou também que a bacia não ruiu, mas que toda a bacia que tem cerca de dez mil metros cúbicos de água, o lago, digamos assim, é feito com varas de eucaliptos

2009.02.13

espetadas, sendo que as pedras soltas foram lá colocadas para não se verem as varas. Há ali algum prejuízo, tal como há em vários pontos do concelho, devido ao mau tempo. Disse que esta não é uma situação nova para si, pois quando entrou para a Câmara, ele e o Dr. Eduardo Coelho, no ano imediatamente a seguir a um temporal, passaram muito tempo a colocar muros acima. Agora têm uma situação similar, por todo o concelho caíram muros, há problemas com algumas estradas, designadamente na estrada de Lordelo/Codal nasceu um mergulhão de água, depois da rotunda intermédia e que deu cabo do piso, algumas barreiras caíram, a própria Zona Industrial Lordelo/Codal está com alguns prejuízos porque as drenagens entupiram uma vez que ainda havia lama solta e a água fez outros caminhos. Acrescentou que é engenheiro civil e que teve hidráulica e um dos seus professores dizia que o cálculo que um engenheiro pode fazer é nestes anos, nestes anos é que se vê quais são as condições das condutas. Informou que na Zona Industrial de Lordelo/Codal a conduta de água pluviais é de trezentos, e já deu ordem aos serviços para passar para mil, para acautelar o futuro. Não duvida que o cálculo esteja bem feito, mas não foram consideradas estas excepções.-----

Ainda relativamente ao QREN, disse ter ficado muito preocupado quando o Governo Português pediu a Bruxelas para prorrogar o fecho do III Quadro comunitário por mais seis meses. Isto se calhar quer dizer que não tinha o dinheiro suficiente para fechar o Quadro. Só a Câmara de Vale de Cambra, que é pequena, tem um milhão e seiscentos mil euros para receber das obras que já estão feitas e pagas. Tanto jeito dava se o Estado pagasse. Pensa também que a segunda tranche de alguns trabalhos que fizeram com a ADRIMAG também ainda não foi paga, nem sabe muito bem para quando se prevê. E o Governo decretou que agora tem de se pagar em sessenta dias, era bom que se cumprisse isso

para a Câmara também poder cumprir, porque com esta crise, a pressão obviamente aumenta, quem vende quer receber rapidamente.-----

Em relação ao seu Gabinete de Apoio e à gestão documental, referiu que as pessoas que escolhe para o mesmo são aquelas que julga serem as melhores, não vai tecer comentários sobre isso. Referiu registar com agrado que o Dr. João Calos já reconheceu que se ele (o Senhor Presidente da Câmara) se candidatar vai ganhar as eleições, porque disse claramente para ter cuidado e escolher pessoas boas para o seu mandato. Agradece-lhe essa campanha que já acabou por lhe fazer.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

9. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e nove membros presentes, aprovar a minuta da acta da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO: O Senhor Vítor Manuel Ribeiro Tavares, na qualidade de Dirigente do Hóquei Académico de Cambra, agradeceu a presença do Senhor Eng.º Damião Martins de Castro e Esposa no jogo Benfica – Hóquei Académico de Cambra.-----

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão, eram vinte e uma horas e quarenta minutos da qual se lavrou a presente minuta da acta que vai ser assinada por si e pelos secretários.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

2009.02.13

O 2º Secretário _____

This image shows a full page of white paper with horizontal dashed lines, typical of primary school handwriting practice paper. The lines are evenly spaced and run across the entire width of the page. There are no margins, text, or other markings present.